

PATRIMÔNIOS, VIVÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO EM POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Pesquisador Nível 2 - CNPq
Professor Associado IV - NAEA/UFPA
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Universidade Federal do Pará - Brasil
Av. Augusto Corrêa, n. 1, CEP: 66.095-900 Telefone/fax: 3246-4401
stclair@ufpa.br

Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

RESUMO: O artigo aborda, a partir da experiência de Belém (Pará), o processo de renovação e de reapropriação do espaço de sua área central. A realidade enfocada serve de ponto de partida para a análise da questão, de maneira a visualizar as características das políticas de requalificação urbana presentes na Amazônia. Na situação em referência, elementos da cultura, da história, da memória e das representações espaciais são levados em conta em experiências de requalificação urbana do centro histórico, repercutindo, em consequência, na redefinição de territorialidades no espaço urbano.

Palavras-chave: patrimônio, espaço vivido, políticas de requalificação urbana, representação do espaço, Belém-Pará.

ABSTRACT: From the experience in Belém city (Pará State), the paper does an approach about the renewal and spatial reappropriation processes in the center of the city. The example under exam is a starting point for the analysis of such issues, allowing for a sharpened evaluation of the characteristics of urban requalification policies in course in Amazon region. In this case elements from culture, history, memory and representation of space are brought into play as justification for the projects of urban renewal of the historical center, leading to redefinition of urban territorialities.

Key-words: patrimony, lived space, urban requalification policies, representation of space, Belém-Pará.

INTRODUÇÃO

“Cadê o tio?”. Essa foi a expressão utilizada por um visitante na ocasião em que estive pela primeira vez em um dos novos espaços públicos inaugurados pelo governo do Estado do Pará e entregue à população belenense, após a realização de intervenções urbanísticas que o tornaram um dos principais atrativos turísticos da cidade¹.

A expressão foi utilizada com certa perplexidade pelo visitante quando este se deparou com um carrinho de “raspa-raspa”² disposto na entrada de um museu³, que, por sua vez, compõe a proposta urbanística daquele parque. A presença do carrinho levou àquela indagação justamente pela ausência do vendedor ambulante que ali deveria se fazer presente junto ao carrinho para vender seu produto aos transeuntes, como seria de se esperar em uma cena comum na vida cotidiana da cidade.

A ausência, entretanto, era sintomática naquele espaço considerado público e destinado ao lazer, ao turismo e à apreciação cultural. Isso porque,

¹ *Situado no entorno do núcleo central da cidade, em zona periférica do centro (Corrêa, 1989), integrante, portanto, da área central de Belém, a obra resultou da conversão em parque público de um grande terreno ocioso que, por muito tempo, ficou sem uso efetivo para fins urbanos, a despeito de sua localização privilegiada na área central e à beira do rio.*

² *Carrinho em forma de pequeno barco, bastante utilizado por ambulantes nas ruas de Belém, para a venda do “raspa-raspa”, um produto muito conhecido pelos habitantes da cidade por ser refrescante diante do forte calor existente na cidade. O nome se deve à forma como é feito o produto, à base de gelo, raspado na hora pelo vendedor, utilizando um instrumento específico para esse fim. Acrescido de um suco, de sabor natural ou artificial de fruta, é servido em copo descartável e com canudinho.*

³ *Museu dedicado à memória da navegação em cuja entrada estava disposto, como objeto decorativo do museu a ser visitado, o referido carrinho de “raspa-raspa”.*

paradoxalmente, a circulação de ambulantes no parque não é permitida, ainda que um dos seus instrumentos/meios de trabalho ali se fizesse presente, como uma das peças do museu a ser visitado.

A situação por nós presenciada nos remete à natureza das políticas de requalificação urbana⁴ em áreas de fortes densidades históricas e de vivências cotidianas e que têm no patrimônio histórico e cultural um bom pretexto para o desenvolvimento de ações voltadas para a valorização estética e paisagística da cidade.

Tais espaços “repaginados” constituem, entretanto, novos usos, novas funções e novos territórios, que costumam ser demarcados por relações outras que não mais aquelas que ali se faziam presentes e que a estratégia de patrimonialização da cidade, não raro, intenciona torná-las simuladamente atrativos culturais. Isso ocorre devido ao fato de que as velhas práticas socioespaciais nem sempre são consideradas esteticamente e funcionalmente desejáveis em face das novas formas de atratividade e competitividade que as cidades contemporâneas passam a estar envolvidas.

Tendo em vista essa contradição, buscaremos aqui discutir a relação entre patrimônio, vivência e representação do espaço⁵ urbano na Amazônia, tomando como referência a cidade de Belém. Surgida no século XVII e considerada hoje a metrópole da Amazônia oriental brasileira, essa cidade tem experimentado

⁴A propósito dessas práticas urbanísticas, várias denominações - “renovação”, “revitalização”, “reabilitação”, “requalificação”, “regeneração”, “reciclagem” e “recuperação” - têm sido usadas para identificá-las. Ver, nesse sentido, o entendimento proposto por Maricato (2001), que distingue a natureza de alguns desses termos. Na presente análise utilizaremos o termo requalificação (sem aspas), compreendida como uma forma de renovação urbana, que busca dar uma nova qualidade ao espaço (funções, usos, apropriações etc.) e que se mostra em estreita sintonia com determinadas estratégias de desenvolvimento e interesses de agentes que definem formas específicas de controle de frações do urbano.

nos últimos anos ações de requalificação urbana em que elementos do patrimônio, da cultura e da memória servem para compor discursos e práticas que caracterizam essas intervenções no tecido urbano.

No plano de nossa argumentação aborda-se inicialmente o sentido que assumem as propostas de requalificação urbana e o papel conferido ao patrimônio nesse contexto de difusão da nova imagem da cidade. Trata-se, em seguida, das vivências nela presentes e de sua relação com as políticas de requalificação urbana que têm em vista fomentar a competitividade entre as cidades. Finaliza-se discutindo as representações do espaço (LEFÈBVRE, 2010), uma vez que, ao mesmo tempo em que as propostas de requalificação destacam e projetam alguns aspectos culturais, submetem outros ao esquecimento e/ou à anulação no contexto da vida urbana.

Propõe-se, assim, problematizar a relação entre uma “geografia das renovações”, incutida na nova memória urbana, e uma “geografia das decadências”, que leva ao esquecimento de práticas socioespaciais, ou que as redefine, como simulacros, através de novas formas de representação na vida cotidiana moderna.

⁵ Conforme nos propõe Lefèbvre (2010), três dimensões demarcam a produção social do espaço: a prática espacial, a representação do espaço e o espaço da representação. A primeira se relaciona à dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas, pressupondo uma reunião de usos e de funcionalidades distintas. A segunda, diz respeito ao concebido, às representações mentais do espaço ligadas principalmente ao saber e ao poder; expressando, ademais, símbolos e imagens que definem a vida pragmática, como aquela concebida pelos planejadores, pelos urbanistas e pelos tecnocratas. A terceira é o espaço vivido, que inclui as diversas práticas cotidianas dos sujeitos, repletas de significados e imagens e que contêm a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras e dos símbolos, recobertos de códigos, linguagens e resíduos., aquela colocada em prática notadamente pelos setores de planejamento e pela racionalidade que concebe um novo ordenamento urbano e que almeja novos conteúdos espaciais a antigas formas espaciais que dão identidade ao chamado centro histórico da cidade.

TEMPOS E ESPAÇOS NA HERANÇA PATRIMONIAL DE BELÉM

Como forma de projetar a cidade em escalas nacionais e globais, tem-se comumente destacado as heranças patrimoniais presentes na área central de Belém, ratificando o valor simbólico conferido ao seu centro histórico.

Tais referências de ordem simbólica manifestam-se na paisagem sob diferentes maneiras, mas, em geral, identificam elementos arquitetônicos e de traçado urbano que remetem à memória da cidade. São exemplos dessas formas espaciais as igrejas, as ruas, as praças, os prédios públicos, dentre outros. Foco das requalificações, elas assumem importância que, não raras vezes, tendem a subestimar seus conteúdos que nem sempre são considerados atrativos para a boa imagem da cidade; daí a preocupação com a preservação daquelas formas em detrimento destes últimos, fadados ao esquecimento ou ao desaparecimento.

Tocando diretamente essa questão, Jeudy (2005) argumenta a respeito da “maquinaria patrimonial”, associada a uma espécie de “petrificação” da memória da cidade e de “estetização” desta, relacionada a um padrão de embelezamento que leva não apenas à homogeneização de espaços, como também a seus esvaziamentos. Na discussão empreendida por esse autor, os processos de requalificação urbana induzem a promoção de uma espécie de morte das áreas ditas revitalizadas, uma vez que as tornam mais homogêneas e menos interessantes do ponto de vista das vivências cotidianas. As cidades, assim concebidas nas estratégias de marketing, são transformadas em espécies de museus com vistas à contemplação turística e à busca pela elevação da autoestima da população local.

Sem dúvida, o resgate e a projeção do patrimônio histórico e cultural nas diversas formas de requalificação são indicadores dessas estratégias ao definirem para o espaço urbano novas funcionalidades, novos agentes, assim como novas

práticas socioespaciais que substituem usos cotidianos que nele se materializam. Refere-se, portanto a uma nova expressão de dominação do centro, que configura, por meio do reforço de sua centralidade simbólica, uma forma específica de controle do espaço, conforme já apontado por Villaça (1998).

Para o caso de Belém, isso não se mostra diferente. Há uma forte tradição histórica que identifica sua paisagem urbana. A proposição de Belém como possível patrimônio da humanidade é reflexo disso. Assenta-se na continuidade, na unidade e na autenticidade de elementos que caracterizam o patrimônio histórico, urbanístico e arquitetônico hoje, notadamente no seu centro histórico (DUARTE & LUCARELLI, 2004).

Os “ciclos” do patrimônio (quadro 01) confirmam as marcas da história na paisagem urbana de sua área central, conforme se constata no documento que postula junto à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a inclusão de Belém como patrimônio da humanidade.

QUADRO 01 – BELÉM: “CICLOS” DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

CICLOS	PERÍODO	PATRIMÔNIO
Militar-Religioso	Século XVII	Formado pelas fortificações e pelo traçado da cidade.
Setecentista	Século XVIII	Presença do barroco italiano, do neoclassicismo palladiano.
Borracha (1ª. Fase)	Século XIX (1860-1900)	Influência da arquitetura e do urbanismo francês (Paris n’América). Destaque à arquitetura de ferro do estilo “liberty” e “art nouveau”, ecletismo e classicismo.
Borracha (2ª. Fase)	1ª década do século XX	Caracteres edílios e religiosos de representações coppedianas, do neogótico e do ginger-breads (estilo vitoriano).

Alguns outros elementos buscam destacar aspectos referentes à unidade desse patrimônio e de sua autenticidade, a saber: a) o fato de ser o único exemplo de arquitetura brasileira que acusa, apenas de forma secundária, a influência lusitana; b) a convivência de diferentes caracteres artístico-arquitetônicos italianos

e ingleses, por exemplo; c) o fato de ser o primeiro exemplo brasileiro de desenho urbano que se articula coerentemente com a retícula do centro histórico por meio de bulevares; d) a coerência do tecido urbano e da retícula edilícia mesmo na zona de expansão interna no início dos noventa; e) a presença de elementos de conservação do patrimônio com respeito à estrutura e à utilização de materiais originais; f) a ausência de edificações verticais relevantes na estrutura interna do centro histórico (Duarte & Lucarelli, 2004).

A partir desses elementos, podem ser reconhecidos alguns sítios importantes que realçam o valor do patrimônio considerado nesse tipo de projeção da cidade (quadro 02).

QUADRO 02 – BELÉM: CONJUNTOS HISTÓRICO-ARQUITETÔNICOS

CONJUNTOS PATRIMONIAIS	ELEMENTOS INTEGRANTES
Complexo do Forte do Presépio	Forte, Praça Frei Caetano Brandão, Catedral da Sé, Igreja de Santo Alexandre, Palácio Arquiepiscopal/Museu de Arte Sacra, Antigo Hospital Real Militar/Casa das Onze Janelas.
Conjunto do Largo do Carmo	Sítios arqueológicos de N. Sa. do Rosário dos Homens Brancos, Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
Conjunto Tomásia Perdigão e Joaquim Távora	Igreja de São João Batista, Solar Barão do Guajará/IHGP, Pça. D. Pedro II, Palácio Lauro Sodré/MEP, Palácio Antônio Lemos (MAB), Pça. do Relógio.
Conjunto Marquês de Pombal	Casario secular, Feira do Açai, Antigo Necrotério.
Complexo do Ver-o-Peso	Mercado de Carne, Mercado de Peixe, Solar de Beira (antiga Recebedoria de Renda).
Conjunto João Alfredo e Santo Antônio e adjacências	Construções do século XIX (Rua João Alfredo e Santo Antônio), Igreja das Mercês, Praça das Mercês, Convento de Sto. Antônio, Capela da Ordem Terceira do Carmo, Igreja de Santana, Igreja do Rosário dos Homens Pretos.
Conjunto descontínuo fora da área central	Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, Colégio Gentil Bittencourt, Museu Emilio Goeldi, Parque da Residência, Mercado de São Brás, Museu da Universidade, Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves, Engenho e capela do Murucutu.

Para além da dimensão histórico-arquitetônica destacada, argumenta-se igualmente sobre a importância do patrimônio cultural e natural:

Se se pretende promover o reconhecimento de Belém na base dos critérios

definidos pela UNESCO para a lista de Paisagem Cultural, deve-se então exaltar sua simbiose com o rio... e a floresta e a relação do homem com a natureza, na contínua luta de sobrevivência que tem sempre caracterizado cinco séculos de história, onde a vitória humana tem apenas representado momentos de pausa sobre a natureza invencível (Duarte & Lucarelli, 2004, p. 16).

Nesse sentido, pode-se falar de várias dimensões do patrimônio que são mobilizadas nas ações de requalificação urbana dos últimos anos. A respeito destas últimas, destacamos, para efeito de análise, quatro das principais obras executadas pelo governo do Estado do Pará (quadro 3).

QUADRO 3 – BELÉM: PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO GOVERNO DO PARÁ E SUAS DIMENSÕES PATRIMONIAIS (1997-2005)

PROJETOS	CARACTERIZAÇÃO	DIMENSÃO PATRIMONIAL		
		HISTÓRICO-CULTURAL	ARQUITETÔNICO	NATURAL
Estação das Docas	Parte da antiga área portuária, formada por três galpões, transformada em um complexo de lazer e turismo às margens da Baía de <u>Guajará</u>	x	x	x
Feliz Lusitânia	Núcleo histórico da cidade, marco de sua fundação, que sofreu recuperação arquitetônica e tratamento paisagístico com vistas à atratividade turística e de lazer, com forte apelo histórico e cultural.	x	x	x
São José Liberto	Antigo convento, olaria, hospital e finalmente cadeia pública, que foi desativada e transformada em centro turístico e cultural e polo joalheiro.	x	x	
Mangal das Garças	Área de várzea, igapó e terra firme sem uso efetivo para fins urbanos, localizada às margens do Rio Guamá e que sofreu intervenção para tornar-se um parque naturalístico de lazer, entretenimento e turístico, com a valorização de paisagens/ambientes naturais e da memória histórica e cultural da cidade.	x	x	x

Assim, a dimensão arquitetônica, a histórico-cultural, mas também a paisagem dita natural, notadamente o rio - que traz em si uma forte dimensão cultural relacionada à vida amazônica -, prestam-se à composição das novas formas de produção do espaço que pressupõem a lógica da requalificação urbana. Diz respeito a uma perspectiva bastante acentuada e difundida nos dias atuais em experiências que convergem para discursos muito similares, ainda que as cidades, e em especial suas áreas centrais, sejam diversas e plurais.

Pensando sobre essa questão, Claval (2004) considera que o atual processo de globalização tem-se encarregado de acentuar essa perspectiva, pois, num mundo de competição dos lugares, o patrimônio torna-se o argumento fundamental do chamado marketing urbano. Cumpre, em face disso, compreendermos a natureza social que define formas e conteúdos baseados nessas tendências de requalificação urbana; natureza esta assentada no entendimento do espaço como produto, meio e condição de (re)produção de relações sociais (Lefèbvre, 2010).

ENTRE VIVÊNCIAS E PATRIMONIALIZAÇÃO

Conforme sustenta Roncayolo (1990), respeitar a história e a permanência pressupõe compreender lógicas de longa duração, sem parar a história e sem cristalizar suas tendências, buscando-se uma adequada relação entre a conservação do patrimônio e a conservação social dos habitantes e das atividades ainda existentes, posto que as experiências em curso mostram que a preservação do patrimônio nem sempre leva em conta a diversidade de interesses presentes na cidade.

No caso de Belém, vivências cotidianas e práticas econômicas populares pré-existentes às intervenções têm sido pouco articuladas aos novos conteúdos sugeridos nos mesmos. Ao contrário, as atividades promovidas e estimuladas tendem à negação daquelas outras, tal o caráter empresarial e o predomínio de

serviços sofisticados, ligados efetivamente a uma lógica moderna e considerada eficiente na economia urbana.

Essa natureza, sofisticada e modernizadora dos projetos, contribui sobremaneira para o distanciamento entre as intenções da renovação urbana e os espaços vividos ali presentes; espaços esses que apresentam dinâmicas mais espontâneas e culturalmente enraizadas na vida cotidiana da área central, mas pouco sintonizadas às estratégias econômicas pensadas para as intervenções, conforme se constata nos projetos mais recentes do governo estadual em Belém(quadro 4).

Todos esses projetos integram o núcleo central da cidade e a chamada zona periférica do centro (Corrêa, 1989), que, no caso de Belém, não estão esvaziadas de conteúdos sociais. Pelo contrário, correspondem a uma fração da cidade de fortes raízes ribeirinhas, de densa dimensão cultural e de vivências e experiências urbanas plurais. Nessa área central também se destacam as moradias de classe média baixa e o comércio popular, que, num processo de substituição do que era o antigo espaço de consumo das classes médias do passado, tornou-se a referência de espaço popular para o consumo das classes de baixa renda:

A Cidade Velha ainda conserva uma característica intensa de uso residencial (domicílios unifamiliares), abrigando em maioria uma população de renda média baixa. A conservação do casario exige investimentos que não condizem com o nível de renda da população habitante, impossibilitando que as famílias promovam investimentos na própria moradia, originando um grande número de residências em precárias condições de conservação (...). O comércio (área delimitada pelas avenidas Almirante Tamandaré, Portugal e Castilho França) pode ser caracterizado, como revela o próprio nome, pelas atividades comerciais. Tendo pouco

QUADRO 4 - BELÉM: ELEMENTOS DOS PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO GOVERNO DO PARÁ NA ÁREA CENTRAL (1997-2005)

NOME	ELEMENTOS
Estação das Docas	Abrange uma área de 32 mil m ² , onde funcionaram três galpões do Porto de Belém datados do início do século XX, adaptados e transformados em espaços de lazer e turismo, no estilo <i>waterfront</i> . Subdivide-se nos seguintes ambientes: a) <i>Boulevard das Artes</i> (cafés, cervejaria, espaços para venda de comidas regionais, exposições de arte, antiguidades, artesanato, Museu do Porto, varandas com vista para a baía, galeria de lojas e de serviços); b) <i>Boulevard da Gastronomia</i> (restaurantes convencionais e de <i>fast food</i> , sorveteria regional, varandas de frente para a baía e lanchonetes); c) <i>Boulevard de Feiras e Exposições</i> (teatro e espaços para exposições e feiras); d) <i>Terminal Turístico Hidroviário</i> (flutuante para atracação de barcos de passeios turísticos, sala de pré-embarque, agência de turismo e bar-restaurante); e) <i>anfiteatro</i> (ruínas de antiga fortaleza, jardim, bar e espaço adaptado para apresentações culturais).
Feliz Lusitânia	Área de 50.000 m ² no núcleo de fundação da cidade, com elementos históricos datados dos séculos XVII, XVIII e XIX. Subdivide-se em: a) Igreja de Santo Alexandre e antigo Palácio Episcopal, transformado em espaço para eventos culturais e museu, com cafeteria, galeria de arte, loja de produtos culturais, oficina de restauração artística, auditório, biblioteca, área de serviço e de administração e igreja; b) Casario colonial com oito edificações anexas à igreja, adaptado para funções comerciais e serviços voltados para turismo e lazer, museu, salão de recepção e espaço administrativo; c) Forte do Presépio e entorno, incluindo a fortificação propriamente dita, exposições permanentes, museu, jardim, área de passeio e de contemplação do rio; d) Casa das Onze Janelas (antiga residência e hospital militar datada do século XVIII) e entorno imediato, adaptada para atividades culturais e de lazer, com espaços reservados à exposições permanentes, à experimentação artística, à administração do Sistema Integrado de Museus do Estado, bar e restaurante, além de adaptação paisagística do entorno para servir de espaço cultural, passeio e contemplação do rio; e) Pier da Casa das Onze Janelas e o navio-museu nele ancorado para fins de visitação pública.
São José Liberto	Espaço de 1.600 m ² , datado do século XVIII, composto pelos seguintes ambientes: a) museu com exposição de gemas do Estado do Pará; b) oficina de artesãos destinada à produção de jóias; c) lojas para a venda de jóias produzidas no próprio Estado, notadamente com motivos e ornamentos regionais e locais; e) memorial com exposição de objetos e informações sobre o antigo presídio desativado; d) capela restaurada destinada a apresentações culturais; e) espaço administrativo e de apoio museológico com biblioteca, sala de aula, laboratório gemológico, oficinas, salas de vídeo etc.; f) pátio interno ajardinado com paisagismo temático e destinado a passeios e à contemplação; g) espaço cultural destinado a atividades artísticas e culturais e com apoio de lanchonetes e de quiosques para a venda de produtos artesanais.
Mangal das Garças	Vazio urbano alagado de 4.000 m ² , transformado em parque naturalístico, com os seguintes ambientes: a) antigo galpão de ferro de valor histórico remontado para servir de espaço de exposição e venda de artesanatos, produtos culturais e plantas regionais; b) memorial temático com estrutura em madeira voltada para a navegação regional; c) restaurante com apelo arquitetônico regional e adaptado ao clima amazônico, especializado em comida regional e internacional; d) torre com estrutura em aço com mais de quarenta metros de altura e dois níveis de mirante de onde se contempla o rio e o centro histórico de Belém; e) viveiros de plantas e de animais da fauna e flora regional; f) passeio suspenso que atravessa o parque, permitindo uma visão geral do mesmo e que termina em um mirante à beira do rio; g) quiosques destinados à venda de café, lanches e sorvetes situados ao longo dos passeios no interior do parque.

uso residencial, é um setor rico em número de edificações, das quais muitas ociosas. Na área do Ver-o-Peso (Castilho França e transversais) ocorre uma intensificação do setor terciário. A Campina apresenta-se com uso predominantemente residencial/serviços, sendo ocupada por uma população semelhante à da Cidade Velha (Belém, 1998, p. 23).

Destaque também é a presença dos ambulantes que, como nas demais áreas centrais de cidades brasileiras, ocupam grande parte da cena urbana. Essa caracterização do centro histórico de Belém nos faz considerar que muito mais do que as funções e usos que definem o processo de produção do espaço, precisamos levar em conta os vínculos que esses usos e agentes estabelecem em relação aos seus espaços de vivência, responsáveis também por definir territorialidades bem específicas.

A renovação urbana que ganha expressão no momento atual na área central, dada à maneira como têm se apresentado, consiste em medidas que podem, em vez de reforçar essas identidades e usos, contribuir para um processo gradativo de desterritorialização dos agentes que aí se fazem presentes.

Tem sido comum, nessa direção, o discurso que mostra a deterioração e o declínio do centro em relação aos demais setores da cidade. Ainda que as vivências e a presença de diversos agentes sejam marcantes, conforme já demonstrado, esses usos parecem inadequados ou indesejáveis na retórica governamental, dada a sua forte relação com um circuito considerado inferior da economia urbana (Santos, 1979) e a sua associação à pobreza urbana:

Tradicional palco das transações comerciais e local privilegiado de habitação, o Centro viu-se logo atingido pelo processo de decadência econômica, com a deterioração de seu casario, a substituição de um comércio dinâmico e de qualidade por um comércio popular onde é grande

a presença das atividades informais (com ambulantes ocupando desordenadamente os espaços públicos), como as dos serviços de oficinas e reparo, que em nada contribuem para a manutenção condigna do ambiente urbano. A intensificação do setor terciário no Centro Histórico tem conduzido a um gradativo processo de deterioração da qualidade de vida local, fenômeno observado, por exemplo, na área do Ver-o-Peso (Rua Castilho França e transversais) (Belém, 1998, p. 23).

Um aspecto a ser considerado é que uma parte substancial, tanto desses monumentos como de significativas construções menos monumentais, porém integrantes do conjunto, está sujeita a um processo de perda que se caracteriza por vários modos: 1) a substituição descontrolada de atividades, usos e conseqüentemente das edificações; 2) o abandono, parcial ou total, e arruinamento, parcial ou total, de edificações e também de áreas urbanas, com é o caso das áreas à beira rio entre o Castelo e o Porto do Sal; 3) descaracterização de usos e forma, principalmente pela falta de planejamento e investimentos na área; 4) a falta de manutenção e conservação das vias, equipamentos de infra-estrutura e a falta de segurança; 5) a hiperatividade funcional, gerada principalmente pelas dimensões da área metropolitana, sentida particularmente pelas disfunções de tráfego – alta concentração de veículos para a estrutura viária, inexistência de estacionamentos adequados, etc. (Secult, 2002, p. 61).

É assim que o sentido da deterioração aparece comumente associado à noção de conteúdo popular e de obsolescência em suas diversas formas de manifestação (funcional, física e econômica):

Com esse panorama econômico adverso, Belém viu seu centro comercial ocupado pelo comércio informal, ressentindo-se também, nos últimos anos, com o fechamento de inúmeras casas comerciais que foram substituídas por outras voltadas ao comércio de produtos populares, ou ainda, com a

demolição de edificações (Belém, 1998, p. 23).

A área de intervenção objeto desta proposta apresenta grande incidência de duas das causas acima mencionadas: a obsolescência funcional e a obsolescência física. (...) O Mercado do Ver-o-Peso foi concebido como centro de abastecimento de uma Belém com 20.000 habitantes. Hoje, sua localização e porte são incompatíveis com a metrópole de mais de 1 milhão de habitantes (...) A Estação das Docas, cujo porto perdeu sua utilidade por estar comprometido por terra (acessos) e por água (assoreamento), tendo sua função original sido deslocado (sic) para Barcarena/Vila do Conde (Secult, 2002, p. 83).

Em contraponto ao sentido da perda, sugere-se, sub-repticiamente, a importância de planos e de investimentos em atividades “mais adequadas” para essas áreas reconhecidas como patrimônios da cidade:

A falta de um plano de desenvolvimento sustentado, ou simplesmente de investimentos em atividades adequadas, como tem sido o caso do trecho da Cidade Velha entre o Forte e o Carmo, causam utilizações inadequadas, depreciações, etc. e estancam investimentos, com forte deterioração de bens e funções, justamente sobre uma parte da área de maior valor histórico de Belém (Secult, 2002, p. 61).

Para além disso, as ações empreendidas pelo poder público contribuem para o enfraquecimento dos agentes aí territorializados, buscando mostrá-los como sendo problemáticos do ponto de vista de suas práticas socioespaciais. Dessa maneira, em vez da potencialização dos espaços vividos, a negatividade dos mesmos na área central passa a estar associada a uma espécie de decadência que é diagnosticada no centro histórico.

Outro elemento que ratifica a tendência anteriormente mencionada, diz respeito

à renomeação dos espaços requalificados, como parte de uma estratégia que, situada na dimensão da representação desses mesmos espaços, contribui para a afirmação de seus novos conteúdos projetados na nova memória histórica da cidade.

NOVAS REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS REQUALIFICADOS

Na perspectiva de tornar os espaços mais atrativos, a redenominação e a redefinição de toponímias entram também no jogo das propostas de requalificação urbana, seguindo a lógica de reinvenção de usos e de apresentação de uma nova qualidade desses espaços.

Ainda que nas intervenções urbanísticas mais recentes essa prática pareça ganhar maior visibilidade, não é de hoje a presença desse tipo de estratégia nas políticas de requalificação urbana em Belém. Na década de 1980, por exemplo, quando algumas das primeiras experiências de intervenção se fizeram notar, a renomeação dos lugares serviu para embalar a nova imagem que se queria para os espaços objetos de intervenção. Foi o que ocorreu com o complexo da Feira do Açaí, localizado à beira da Baía do Guajará, na área central de Belém, cuja dinâmica espacial é bem descrita por Malheiro *et alii*:

Barcos chegam de municípios da Ilha do Marajó, da região das Ilhas de Belém, de Barcarena, Abaetetuba, Bujaru e de diversas outras localidades carregados de açaí (no caso da Feira do Açaí esse movimento se desenrola durante a madrugada...) e desembarcam nesses espaços. A dinâmica desse pequeno fruto amazônico... inclui uma série de agentes do circuito inferior da economia urbana que, em alguns momentos, relacionam-se com agentes de um circuito mais moderno. Não é difícil encontrar nas adjacências desses lugares, contrastando com um movimento dos barcos, um movimento de caminhões de grandes redes de supermercados que,

assumindo a condição de marreteiros, negociam o açaí com atravessadores ou, até mesmo, direto com produtores; compram vários paneiros e, já na condição de maquineiros, vendem o vinho do açaí nos supermercados. Vale lembrar que essas grandes redes já possuem atravessadores e produtores específicos com quem negociam cotidianamente (Malheiro et alii, 2008, p.171).

Uma das intervenções nesse complexo da Feira do Açaí, naquele momento (década de 1980) sob a iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém, enfatizou a toponímia desse importante logradouro do centro histórico. Pressupunha a melhoria desse espaço, próximo ao Forte do Castelo (marco de fundação da cidade), com vistas à sua maior inserção na cidade para fins de lazer e de contemplação do rio. Nesse sentido, foram feitas obras como a dotação de infraestrutura local, a padronização de quiosques para a venda de bebidas e comidas e a restauração do antigo necrotério, situado nessas imediações, e que passou a servir como loja de artesanato.

Naquele momento, aos finais de semana, o local da feira e entorno eram transformados em um verdadeiro espaço cultural. Nele se desenvolvia o projeto “Pôr-do-Som”, e onde, além de ver o pôr-do-sol na beira da Baía do Guajará, poder-se-ia escutar música de boa qualidade, assistir a apresentações culturais, comprar artesanatos, desfrutar da brisa da baía, além de poder consumir comidas e bebidas nas barracas e quiosques existentes.

Para quem prolongava a permanência nesse lugar, adentrando nas primeiras horas da madrugada, era possível presenciar o movimento da feira que começava a ganhar vida com a chegada dos produtos, dentre eles o açaí, que vinham do interior da Amazônia, notadamente das ilhas próximas de Belém, dando sentido ao entreposto comercial, cujo dinamismo se estendia pela madrugada e pela manhã.

Ligando a feira ao restante do bairro, a Cidade Velha, as obras de definição do novo espaço cultural também incluíram o projeto de reabertura e de requalificação de uma rua, que a partir daquele momento passou a ser divulgada pelo poder público como sendo a primeira rua de Belém, a Ladeira do Castelo; assim denominada por se situar ao lado do antigo Forte, ainda que essa mesma identificação não fosse comum entre os que estavam habituados a frequentar aquela parte da cidade.

Nessa mesma rua foi estimulada também a requalificação do antigo casario, passando alguns deles a ter novas funcionalidades urbanas. Bares e restaurantes ocuparam as antigas formas espaciais, compondo, junto com a feira, um novo complexo de lazer, turismo e entretenimento, com forte apelo histórico e cultural no secular bairro da Cidade Velha.

O curioso, nesse que foi um dos marcos da requalificação urbana da área central naquela época, é que, até aquele momento, era pouco conhecida a condição de essa ladeira ter sido a primeira rua de Belém, uma vez que esse reconhecimento sempre foi atribuído, tanto nos documentos, quanto nos livros históricos sobre a cidade, à antiga Rua do Norte, hoje chamada de Siqueira Mendes. Não obstante a possibilidade de a Ladeira do Castelo ter sido verdadeiramente a primeira rua de Belém, o fato histórico parece ter tido significado menos importante a ser considerado, dada a inexistência ou insuficiência de informações e esclarecimentos a respeito do registro histórico sobre essa rua, que propriamente a sua caracterização como um novo espaço cultural e de lazer, a partir do qual se pretendia, naquele momento, definir uma nova imagem para a área central da cidade.

A presença da classe média, que passou a frequentar o novo complexo cultural, incluindo a feira e a ladeira, para fins de lazer, não durou muito. A existência de

territorialidades demarcadas há muito tempo por outros agentes - feirantes, barqueiros, trombadinhas, prostitutas, mendigos etc. – e que foram praticamente desconsiderados na proposta de requalificação em referência, aos poucos dificultaram a consolidação da nova imagem que se pretendia para aquela área, fazendo recuar as novas territorialidades do lazer e do turismo incentivadas pela ação governamental.

Situação semelhante aconteceu em projeto do mesmo período voltado para a feira e o mercado do Ver-o-Peso, justapostos à Feira do Açaí, e, igualmente, caracterizados pelas vivências que circunscrevem fortes territorialidades, conforme descrevem Malheiro et alii:

Estamos falando do Ver-o-Peso, um mundo de relações, repleto de cores, sons, gestos, encantamentos, cheiros e odores, onde a cidade se encontra refletida no rio. Um espaço que se torna um patrimônio não apenas restrito a formas, mas principalmente a conteúdos, às relações que ali se processam cotidianamente e que sintetizam vários mundos que se encontram para formar um espaço vivo no centro da cidade que, também, experimenta relações que vão para além da troca de mercadorias, relações orgânicas, relações metropolitanas, mas de uma metrópole diferente da que se projeta aos fugidios olhares urbanos que conseguem enxergar apenas o perigo, a insegurança, a “desorganização”, o caos, observando esse espaço como se ele estivesse distante. A metrópole que ali se produz não apenas contempla o rio, usa-o.

São múltiplos tempos acumulados no espaço contando, a partir do traçado das barracas das feiras, da arquitetura do Solar da Beira (onde funcionava a antiga fiscalização municipal e, atualmente, é usado como espaço cultural) ou do Mercado de ferro (onde funciona uma feira de

peixe), a geografia histórica da cidade. O próprio nome do lugar que, por sua vez, foi adaptado na linguagem coloquial do caboclo, remonta-nos ao período colonial. Não existia o Ver-o-Peso, apenas o “Haver do Peso” criado em 1682... Esse espaço, nesse sentido, coloca-se como espelho da memória da cidade, um local de feira, onde se vende desde alimentação e vestuário a ervas medicinais e artesanato, um lugar de práticas culturais, de encontros, de sabores e saberes, um espaço que persiste e resiste como síntese de várias “amazônias”. Nos tabuleiros místicos, no suor dos trabalhadores, na doca, criada no século XIX, onde aportam os barcos peixeiros, no grito dos feirantes, no silêncio da madrugada que anuncia mais um dia de trabalho. Em todos esses aspectos o encontro entre o rio e a cidade se torna mais intenso (Malheiro et alii, 2008, p. 173).

Além da requalificação do patrimônio arquitetônico ali presente e da melhoria da infraestrutura da feira, novos usos e formas de apropriações foram incentivados, como a instalação do “Café Chic” no meio da grande feira; esta que, historicamente, ficou reconhecida como o principal elemento de identidade cultural da cidade.

A ideia de um café, instalado em meio às práticas socioculturais e econômicas da feira, parecia ser justamente a de possibilitar novas formas de apropriação do espaço para fins de um lazer mais moderno, mais ligado à atração turística. Isso porque a sua proposta destoava dos demais tipos de atividades ali presentes, seja por sua forma arquitetônica, seja ainda pelos serviços e preços que eram cobrados. À semelhança do que aconteceu na Feira do Açaí e na Ladeira do Castelo, as territorialidades já consolidadas aos poucos se encarregaram de tornar pouco atrativo aquele espaço, que, em grande parte, distanciava-se do

contexto de vivências e práticas cotidianas existentes no seu entorno.

Se as experiências antecedentes, da década de 1980, parecem ter tido pouco sucesso na definição de uma nova cidade, aquelas mais recentes, da década de noventa em diante, desta feita de iniciativa do governo do Estado do Pará, vêm incrementado o reconhecimento de Belém sob outra perspectiva imagética e que já se queria consolidar anteriormente. Isso é bem perceptível em relação àquele que é considerado o mais emblemático de todos os projetos, e que se tornou paradigmático nessa nova era de requalificação, a “Estação das Docas”, como foi denominado o conjunto formado pelos três galpões desativados do antigo porto de Belém.

Alçado à condição de espaço de lazer e turismo e de onde foi retirado um antigo terminal portuário que atendia à população de municípios ribeirinhos interioranos vizinhos de Belém, nesse mesmo local passou a funcionar um terminal fluvial, sugestivamente nomeado de “Amazon River”, e voltado principalmente para o uso turístico. O novo equipamento, portanto, substituiu não apenas a função, como também renomeou o antigo “Galpão Mosqueiro-Soure”, como era chamado o antigo terminal de passageiros.

Não obstante essas transformações, o novo complexo de lazer e entretenimento, formado pelos três galpões e pelo terminal turístico, recebeu o nome de “Estação (das Docas)”, mesmo não tendo incorporado o antigo espaço de passageiros, que servia verdadeiramente de “estação” para as pessoas que se dirigiam ou chegavam de localidades vizinhas a Belém através do transporte fluvial.

O nome “estação”, além de designar terminais de transporte, sugere também a ideia de paragem, pausa, parada. Esse sentido soa esvaziado ou anulado ao se nomear alguns espaços de lazer requalificados na cidade, conforme se constata

tanto na “Estação das Docas”, quanto na “Estação Gasômetro”⁶; esta última situada em um pequeno parque urbano, não tão longe do centro histórico, que também passou por um projeto de requalificação urbana com apelos a elemento da arquitetura, da memória e a da história da cidade.

A paragem ou pausa parece ganhar sentido notadamente para aquelas pessoas que frequentam a “Estação (das Docas)” no intuito de consumir algo; oportunidade na qual podem sentar às mesas dos bares e restaurantes, que ocupam grande extensão daquele complexo de lazer, ou mesmo para usufruir de outras formas de consumo de natureza cultural ou não, existentes no mesmo complexo.

Para os demais, a “Estação” sugere ser muito mais um espaço de passagem, ou de mera contemplação do rio, já que são poucos os lugares naquele complexo onde a possibilidade de uso não é mediada por alguma forma de consumo de produtos e serviços, cujos preços são pouco convidativos às classes populares. Configura-se aqui o esvaziamento tanto do espaço público, como do espaço do cidadão, convertidos precipuamente em espaços coletivos⁷ e do consumidor,

⁶ Localizado no Parque da Residência, o “Teatro Estação Gasômetro” possui uma antiga estrutura de ferro que pertenceu a um galpão da extinta Companhia de Gás do Pará. Com o processo de requalificação daquele espaço, desde 1998, abriga um espaço cultural para mais ou menos 400 pessoas, que inclui teatro e infraestrutura para eventos culturais diversos e onde também se encontra justaposto um anfiteatro, voltado para apresentação de peças de teatro e de outras manifestações artísticas ao ar livre. Em exposição na “Estação Gasômetro” encontra-se também o único cadillac conversível (de 1950) do Brasil, que pertenceu ao governador paraense Magalhães Barata e era muito utilizado em desfiles comemorativos (Pará, 2013).

⁷ Para Gomes (2002), a natureza do espaço público está relacionada ao sentido de co-presença e de coabitação da diversidade, marcado, portanto, pela pluralidade, pela civilidade e pelo diálogo entre diferentes; resultando de uma relação contratual entre aqueles. Opõe-se, também ao conceito de espaço coletivo (SOUZA, 2008), que se define por ser um espaço de uso comum, mas desprovido de sua natureza democrática, que permita a convivência da diversidade e da diferença.

conforme nos alertam Gomes (2002), Souza (2008) e Santos (1987)⁸.

Dado o fato de que grande parte dos espaços requalificados e com fortes apelos patrimoniais na cidade estão situados nas proximidades ou na beira do Rio Guamá e da Baía de Guajará, que banham Belém, outro elemento muito comum que tem demarcado a redenominação dos lugares, diz respeito às faixas de contato da cidade com o rio. Na Amazônia, esses espaços têm sido chamados historicamente de “beira-rio” ou de “frente da cidade”.

Normalmente associadas a atividades populares, como feiras, entrepostos, mercados e portos, essas áreas são facilmente reconhecidas em razão da espontaneidade das práticas socioespaciais nelas existentes e por uma expressão estética nem sempre associada às modernas e arrojadas formas de ordenamento da cidade. Por essa razão são incluídas em retóricas que os referenciam como sendo lugares caóticos, desordenados, pouco atrativos e perigosos.

Também em cima dessa imagem negativa são criadas as propostas de requalificação que propõem formas espaciais mais arrojadas, esteticamente diferenciadas, onde as práticas de lazer e de contemplação do rio tendem a substituir os espaços cotidianos de vivência e culturalmente enraizados na

⁸ Conforme Santos (1987), a inscrição material das relações sociais no espaço, confere ao indivíduo a possibilidade de ser mais ou menos cidadão (Santos, 1987). Este, por sua vez, não se confunde com o indivíduo consumidor, cujas relações são sempre mediadas pela mercadoria. Tal mediação esvazia os espaços de cidadãos nesse tipo de projeto de requalificação urbana, que tende a promover um verdadeiro “recuo da cidadania” (Gomes, 2002), em razão: a) da apropriação privada dos espaços comuns, muitas vezes com o aval do poder público; b) da progressão das identidades territoriais, construídas com base no discurso da diferença, que nega a coabitação e a co-presença; c) do emuralhamento da vida social, que nega o acesso de pessoas, selecionando os usuários de determinados espaços por sua condição socioeconômica; d) do crescimento de “ilhas utópicas”, que simulam uma situação de espaços públicos, mas que de fato não o são, posto que destituídos dos atributos que conferem essa condição.

dinâmica da cidade. A nova “beira-rio”, assim concebida, passa a ser denominada simplesmente de “orla”, cujo sentido se contrapõe àquele do espaço vivido em que o rio é considerado nas suas múltiplas dimensões (circulação, fonte de recurso, representações simbólicas, uso doméstico, contemplação, lazer etc.).

Com referência a uma das principais características da área central, que é a de ser foco de transportes intra e interurbanos, inclusive daquele tipo de circulação que tem o rio como via de circulação, em nenhum dos projetos analisados foram observadas ações que potencializassem e/ou melhorassem as condições de transporte existentes.

À exceção do “Polo São José Liberto”, que não está situado à beira-rio, todos os demais projetos fazem apelo à importância do rio como componente da paisagem renovada, mas ele aparece nesses empreendimentos como simples elemento contemplativo, sendo, em alguns casos, negada a sua condição de interação e de inserção na vida daqueles que vivenciam cotidianamente o centro da cidade.

Essa nova representação do rio está presente não só no complexo turístico “Estação das Docas”, como também no “Feliz Lusitânia” e no “Mangal das Garças”. Todos eles, além das novas denominações que lhe foram atribuídas a partir das intervenções do poder público, trazem a concepção de um novo ordenamento urbano da “beira-rio” sob uma nova denominação - a “orla” -, assimilada, assim, não só a partir de seus elementos de paisagem, mas, também a partir de sua nova denominação.

A “orla”, portanto, diferentemente da “beira” ou da “frente”, identifica a faixa de contato da cidade com o rio que sofreu intervenção urbanística e que configura uma nova estética para a cidade, implicando também em configuração de novos usos, notadamente aqueles voltados para o lazer, a contemplação e o encantamento turístico.

No projeto Feliz Lusitânia, para além da nova caracterização estética da “orla” propriamente dita, um novo equipamento se faz presente, compondo, junto com o antigo Forte e os prédios históricos que foram restaurados, um novo arranjo para o espaço beira-rio. Trata-se do “Pier da Casa das Onze Janelas”, uma espécie de ancoradouro, mas que, à exceção de um navio-museu que ali se encontra permanentemente atracado com vistas à visitação pública, reduz-se à função de espaço de contemplação e de lazer. Voltado para o rio, nele também são montados palcos para fins de apresentações culturais em datas representativas para o calendário da cidade. Isso tudo a despeito da necessidade e da demanda existente de pequenos ancoradouros na área central para o atracamento dos barcos regionais.

A mesma negação da circulação fluvial regional está presente também no “Mangal das Garças”, cujo nome também foge à identificação local referente aos terrenos alagados existentes em Belém, conhecidos como igapós, várzeas ou baixadas. Nesse parque naturalístico, conforme foi denominado, o equipamento à beira-rio que poderia se prestar à função de ancoradouro, foi concebido para ser apenas um mirante. A partir desse mesmo equipamento se pode apenas contemplar o rio, assim como os barcos e as canoas que por ele circulam, sem maiores possibilidades de interação e de uso desse importante elemento hídrico para a cidade.

As embarcações, por seu turno, mesmo com presença marcante em pequenos portos, docas e atracadouros existentes na área central da cidade, têm lugar no novo espaço requalificado apenas como peças do museu ali existente. Chamado de “Memorial Amazônico da Navegação”, esse museu busca remeter a memória do visitante à importância da circulação fluvial; esta que foi negada na concepção do novo parque público, mas que é inserida num jogo de presença e ausência que caracteriza grande parte das intervenções urbanísticas na cidade:

El espacio así concebido se define como juego de las ausências y de las presencias, representadas por la alternancia de las sombras y de las claridades, de lo luminoso y de lo nocturno. Los “objetos” en el espacio simulan la aparición y la desaparición más profundas de las presencias. Así, el tiempo se jalona por las presencias. Ritmado por ellas, también contiene los engaños de las cosas, las representaciones simulantes-disimulantes (Lefèbvre, 2006, p. 288).

Associadas a esses equipamentos de contemplação do rio, as novas denominações que lhes são atribuídas – “píer” e “mirante”, por exemplo -, ratificam uma prática que induz ao esquecimento dos antigos nomes – “trapiche”, “cais”, “doca” -, responsáveis por identificar esses atracadouros, tão presentes na vida cotidiana dos que acessam o rio. As antigas denominações, muito comuns na linguagem regional, traduzem também vivências e experiências cotidianas associadas a esses equipamentos que estabelecem o contato direto da margem fluvial com o elemento hídrico.

A “Casa das Onze Janelas” - que já serviu de residência, de hospital e de quartel do exército -, integrante do complexo “Feliz Lusitânia”, por sua vez, também passou a receber essa denominação a partir do processo de requalificação por qual passou. Tal denominação, inclusive, parece referenciar uma outra, ocorrida no centro histórico da cidade de Quito (Equador), e que possui identificação similar - “Casa de los Siete Patios” (Orellana, 2006) - ao do projeto do centro histórico de Belém.

Nessa situação em referência, os modelos de requalificação urbana parecem não apenas se replicar em países, regiões e cidades diferentes, como também receber identificações parecidas. Isso ocorre em direção a uma clara tendência de circulação de ideias e de modelos de políticas urbanas que conferem pouca

importância à história e à identidade do lugar e da região a pretexto de uma padronização das formas espaciais e de conteúdos sociais de natureza mais globalizada.

O reforço da ideia de decadência, de deterioração e de declínio do espaço, aparece também como justificativa para a red denominação dos lugares, como uma maneira de ratificar a substituição de conteúdos proporcionados pelas intervenções urbanas. É dessa forma que a difusão de polos culturais e de novas atividades econômicas no interior da cidade vem acompanhada da proposta de substituição dos nomes dos espaços restaurados. Foi o que aconteceu com o antigo presídio São José, concebido para ser convento, e que se tornou olaria e hospital antes de ser cadeia pública, e que, devido a essa última função, passou a ter estigmatizada não apenas sua própria imagem, como também a de seu entorno.

A desativação do antigo presídio transformou o espaço em um polo joalheiro e em centro turístico e cultural. Exatamente por essa razão passou a se chamar “São José Liberto”, em referência à situação de superação da degradação e da imagem da antiga prisão, associada aos presidiários e às constantes rebeliões que aconteciam ali antes de sua desativação.

Ao se vincular a imagem do presídio à ideia de “liberdade” em face de sua condição de decadência e de espaço não atrativo, a atividade turística também se coloca como redentora desses espaços, podendo conferir dinamismo econômico e substituir as referências negativas do passado, que corroboravam para a situação de “declínio” do centro histórico e de seu entorno imediato.

Algumas das novas representações do espaço (quadro 5), de forma muito eficiente, prestam-se à efetivação desse tipo de estratégia, que reembala os centros históricos de cidades como Belém para vendê-los como vitrines a uma demanda bem específica de consumidores.

QUADRO 5 - BELÉM: ESPAÇOS REQUALIFICADOS E SUAS DENOMINAÇÕES ANTES E APÓS INTERVENÇÃO

DENOMINAÇÃO ATUAL	DENOMINAÇÃO ANTERIOR
Estação	Porto
Mangal	Baixada (Igapó/várzea)
Mirante	Cais
Orla fluvial	Beira-rio/Frente da cidade
Pier	Trapiche
Polo Cultural	Presídio
Terminal turístico	Galpão

A tendência patrimonialista que motiva as intervenções, portanto, tende a desconsiderar vivências, espacialidades, histórias e representações cotidianas da área central da cidade. Em lugar dessas experiências é concedido destaque a um cenário para o acontecer de uma vida mais moderna e mais associada ao consumo. Voltada precipuamente para uma demanda solvável de habitantes que acompanha de perto o novo ritmo da vida urbana mais inserida globalmente, a área central e a cidade passam a ser mostradas, de maneira fragmentada, como vitrines para quem deseja nelas investir, comprá-las ou mesmo consumi-las como parte de um pacote turístico.

É nessa perspectiva que se reconhece nesse tipo de política urbana o sentido da apropriação privada do espaço, viabilizada por meio dos projetos de requalificação aqui considerados. Isso se faz verdadeiro porque o acesso a esses espaços é também uma forma de seleção decorrente da barreira das interdições que coloca frente a frente o público e o privado. Nesse confronto, a natureza dos espaços públicos é colocada em xeque, à maneira como argumenta Amendola (2000), que considera que os mesmos vêm sendo constantemente agredidos e drasticamente reduzidos por um processo por ele denominado de privatização e de blindagem do espaço⁹.

Outra expressão dessa tendência de privatização é reconhecida por meio da concessão de exploração de serviços como restaurantes, bares, lanchonetes e

estacionamentos, que é conferida principalmente a empreendedores com certa estabilidade no mercado regional e nacional. Em alguns casos, o próprio Estado se encarregou de subvencionar a manutenção desses espaços explorados pela iniciativa privada, sob a forma de “organização social”, uma entidade privada que faz uso de contratos de gestão para oferecer e administrar atividades públicas (Trindade Jr. & Amaral, 2006).

É diante dessas intenções anteriormente colocadas que se proclama a morte da cidade, como antecedência à sua pretensa revitalização, atribuindo-lhe novos conteúdos - econômicos, sociais e culturais -, em face de uma clara estratégia de desterritorialização e de reterritorialização de agentes e de suas práticas socioespaciais. Nesse jogo, de busca de novos conteúdos para velhas formas, novas imagens e novas representações do espaço são desenhadas, inclusive renomeando-se os lugares e inventando-se novas memórias e novas formas de apropriação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de estratégias competitivas e de atratividade para a Amazônia define um apelo a determinados elementos espaciais que buscam projetar as cidades a partir de suas imagens. Isso se faz, dentre outras maneiras, por meio

⁹ Esse autor propõe uma tipologia que identifica as múltiplas expressões de seletividade associada aos espaços públicos: a) o espaço público invisível (stealthy space), aquele que, camuflado e escondido, torna-se difícil de ser encontrado; b) o espaço público disfarçado pelo labirinto, com vias de acessos complicadas e, às vezes, sem saída, que conduzem o visitante pouco ambientado ao ponto de partida; c) o espaço público blindado, cercado por barreiras tanto práticas como simbólicas, que desanimam o ingresso do visitante não suficientemente motivado; d) o espaço público incômodo, com várias formas de dissuasão, que ocupá-lo passa a ser um empreendimento difícil e pouco atraente; e) o espaço público que provoca ansiedade, tal a vigilância contínua e enfática, que dá ao visitante a desagradável sensação que está sempre sob controle.

de políticas de requalificação urbana de espaços tidos deteriorados, a exemplo do que acontece nas grandes cidades da região.

No caso de Belém, o patrimônio histórico, a cultura e a memória também estão presentes nas propostas de requalificação urbana dos últimos anos. As ações nesse sentido, entretanto, ao mesmo tempo em que destacam alguns aspectos culturais, submetem outros ao esquecimento e à anulação no contexto da vida urbana. É o que acontece com as vivências cotidianas e com as toponímias tradicionalmente inseridas na história e na geografia da cidade.

Fala-se assim de uma dialética que se faz presente entre a “geografia das renovações”, projetada na nova memória urbana, e a “geografia das decadências”, relegada a uma condição de esquecimento com referência a determinadas formas e conteúdos que definem um aspecto da vida urbana em Belém.

Essa mesma “geografia da decadência” leva à “geografia dos esquecimentos”, por meio da qual os espaços da vida cotidiana são decretados mortos ou indesejáveis e onde as práticas cotidianas da cidade tendem a ser esvaziadas, só reaparecendo, algumas vezes, como objetos e peças de museus, integrados no novo cenário da requalificação. Com isso anulam-se as vivências cotidianas de sujeitos que fazem da cidade seu espaço imediato de vida.

A identidade para com o passado sofre uma ruptura, seja pelos novos conteúdos que lhes são atribuídos, seja pelas suas novas denominações, reforçando o jogo da ausência e da presença. Esse movimento ratifica a importância da cidade enquanto campo simbólico (Corrêa, 1989), cujos fragmentos passam a compor uma nova história e uma nova memória, não necessariamente alicerçada nos espaços vividos, onde a espontaneidade, a criatividade e o valor de uso definem as práticas cotidianas mais comuns.

As novas representações do espaço se encarregam de reforçar outros conteúdos, tornando-se força, igualmente, na lógica de reprodução econômica e social do urbano, que se encarrega de expulsar da cidade e da memória viva das pessoas não apenas os “tios”, que vendem produtos como o “raspa-raspa”, mas toda sorte de sujeitos que desenvolvem suas diversas práticas econômicas, sociais e culturais, cujas racionalidades não se pautam na reprodução econômica ampliada e nem em tendências culturais homogeneizadoras de espaços, de pessoas, de valores e de comportamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMENDOLA, G. (2000). *La ciudad postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporánea*. Madrid: Celeste Ediciones, 379 p.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. (1998). *Ver Belém: Plano Setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém*. Belém: PMB, 105 p.
- CLAVAL, P. (2004). *Les interpretations fonctionnalistes et les interpretations symboliques de la ville*. *Cidades, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos*, v. 1, n. 1, p. 31-64.
- CORRÊA, R. L. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 94 p.
- DUARTE, C; LUCARELLI, F. (2004). *Belém: um percurso ao longo de quatro séculos patrimônio da humanidade*. Belém: Instituto Banco di Napoli, 16 p.
- GOMES, P. C. (2002). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 304 p.
- JEUDY, H. P. (2005). *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 154 p.
- LEFÈBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 145 p.
- LEFÈBVRE, H. (2006). *La presencia y la ausencia: contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 305 p.

- LEFEBVRE, H. (2010). *The production of space*. Malden: Blackwell Publishers, 454 p.
- MALHEIRO, B, C. (2008). Territórios da diferença: a relação cidade e rio na Amazônia e sua expressão metropolitana na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, p.157-183.
- MARICATO, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 204 p.
- ORELLANA, L. (2006). *Société civile, secteur privé : les nouveaux acterurs de la concertation dans les centres historiques de l'Amérique latine et des Caraïbes*. Information géographique, n. 70, Paris, Armand Colin, p. 46-62.
- PARÁ. (2013). Teatro estação gasômetro. In: <http://www.secult.pa.gov.br>. Acesso: 04/07/2013.
- RONCAYOLO, M. (1990). *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 279 p.
- SANTOS, M. (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 345 p.
- SANTOS, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 142 p.
- SECULT. (2002). *Projeto de revitalização do núcleo histórico e cultural Feliz Lusitânia*: Belém: Governo do Estado do Pará, 83 p.
- SOUZA, M. L. (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 288 p..
- TRINDADE JR., S-C. C.; AMARAL, M. D. B. (2006). Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 111, n. 1, p. 73-103.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 373 p.